

## SOCIALIZAÇÃO, FORMAÇÃO E PRODUTIVIDADE ACADÊMICA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UMA PROBLEMÁTICA INSTITUCIONAL

Agência de Financiamento: FAPESP

Maísa Aparecida de Oliveira<sup>1</sup>  
Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo visa analisar o perfil e a produtividade acadêmica de estudantes universitários, no contexto dos impactos do capitalismo flexível no ensino superior. De maneira específica discute-se o processo de socialização, formação e produtividade acadêmica dos estudantes no âmbito da universidade. Participaram da pesquisa 120 estudantes dos Centros de Ciências relacionados às áreas Biológicas, Humanas e Exatas de uma universidade pública. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário. A análise qualitativa dos dados foi realizada com base no processo de categorização dos conteúdos semânticos fundamentados em aportes teóricos de perspectivas críticas. Entende-se que a socialização na universidade é produzida a partir do que o estudante traz consigo e, ao mesmo tempo, é produtora da formação profissional do mesmo. Os dados da pesquisa revelam que dentre as atividades realizadas no decurso discente, o maior índice de participação se concentra nos eventos científicos e em programas de iniciação científica, o que corrobora a concepção da maior valorização da pesquisa, destituindo a universidade de seu compromisso social de formar integralmente no ensino, na pesquisa e na extensão. Conclui-se que a formação social, cultural e política do estudante universitário estão deficitárias, considerando-se sua baixa inserção nos grupos formais e informais, além do pequeno índice de realização de estágios. Este fato sinaliza uma possível ampliação do individualismo que está fundamentada na competição no campo universitário. Pode-se afirmar que a formação acadêmica do estudante, produzida na universidade, visa proporcionar condições técnicas relacionadas com a estrutura econômica da sociedade.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Produtividade Acadêmica. Discente. Socialização.

### ABSTRACT

The article aims to analyze the profile and academic productivity of college students in the context of the flexible capitalism impacts on higher education. Specifically discusses the process of socialization, training and academic productivity of students in college context. The participants were 120 students from the Science Centers related to Biological, Humanities and Exact areas at a public university. Data collection was conducted through a questionnaire. The qualitative data analysis was conducted based on the categorization process of semantic content related to theoretical contributions of critical perspectives. It is understood that the

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, mestre em Educação pela mesma instituição e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa, Brasil. Foi bolsista FAPEMIG na Iniciação Científica e bolsista FAPESP no mestrado e doutorado. Membro do Grupo de Pesquisa Sociologia, Trabalho e Educação. Contato: maisavrb@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista de Araraquara, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa Sociologia, Trabalho e Educação. Contato: mcsgfernandes@gmail.com

socialization at the university is produced from what the students brings with them and, at the same time, socialization is a producer of the professional training of the students. The survey data reveals that among the activities in the academic life, the highest rate of participation focuses on scientific meetings and scientific research programs, which supports the concept of greater appreciation of research, depriving the university in its social commitment, integrally formed in teaching, research and extension. The article concludes that the social, cultural and political formation of the students are loss-making, considering its low inclusion in formal and informal groups, besides the low rate of placements. This fact indicates a possible expansion of individualism that is based on the competition in the educational field. It can be said that the academic background of the student, produced at the university aims to provide technical conditions related to the economic structure of society.

**Keywords:** Higher Education. Academic productivity. Student. Socialization.

O presente artigo tem como objeto de investigação a atividade discente na universidade, tendo como foco a análise da caracterização dos universitários e a reflexão sobre a sua produtividade acadêmica. Tal temática aponta a necessidade de repensar a atividade discente na atual conjuntura da universidade e sua função social, bem como a formação do estudante, construída no cotidiano das relações estabelecidas entre aluno e a produtividade acadêmica.

A pesquisa apresenta caráter qualitativo e foi realizada em uma Instituição Federal de Ensino Superior. Os cursos selecionados pertencem aos Centros de Ciências relacionados às áreas Biológicas, Humanas e Exatas.

Para desenvolver a pesquisa foram convidados 40 estudantes de cada centro de ciências. A amostra de participantes foi composta por estudantes matriculados nos dois últimos anos letivos, pois se entende que eles possuem experiência suficiente para tratar a temática proposta, pelo distanciamento temporal do ingresso e pela experiência acadêmica já adquirida. Nesse enredo, os sujeitos foram constituídos de um total de 120 estudantes que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa.

Consideramos que a temática proposta possa contribuir para a ampliação das discussões sobre as mudanças que vêm ocorrendo no espaço universitário brasileiro, particularmente no que se refere aos estudantes, uma vez que são poucas as pesquisas realizadas sobre o discente que busquem caracterizá-lo no contexto da atual conjuntura de mudança do capitalismo flexível no Ensino Superior e compreender seu processo de socialização e formação acadêmica.

### **A universidade e sua função social**

As estruturas organizacionais da universidade e as relações de poder por esta instituída tendem a reproduzir as relações da sociedade global. Dessa forma, conhecer a natureza dos espaços e dos conflitos que se materializam nas relações socioeducativas entre os agentes educativos, no cotidiano universitário, possibilita ampla visão do processo educativo que ocorre na universidade, aproximando-se das condições materiais e sociais de existência de seus atores sociais.

O ensino superior se insere no contexto social global determinado pelas ações dos sujeitos que atuam nesses espaços. Consideramos, juntamente com Pimenta e Anastasiou (2005) que a universidade deve ser contextualizada e analisada como instituição social, que tem compromissos historicamente definidos. As autoras (2005, p. 162) argumentam que a universidade é entendida como “instituição educativa cuja finalidade é o permanente exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão.”

O compromisso da universidade se concentra na relação de indissociabilidade no fazer institucional do ensino, da pesquisa e da extensão, compondo os três pilares que a identificam como fonte geradora de desenvolvimento. Desde a fundação da universidade medieval, é de sua distinção construir campo exclusivo, singular, em que o conhecimento é ao mesmo tempo produzido e transmitido e, portanto, o ensino não pode ser afastado da pesquisa e da extensão. Assim, as relações de dominação política e econômicas estabelecidas e legitimadas na sociedade refletem, no plano ideológico, as interações de mecanismos da superestrutura da universidade.

Compreende-se que o período atual de regulação do capitalismo designa, em um contexto de exigências diferenciadas, demandas e desafios à educação, de maneira peculiar à educação superior, incluindo os processos de internacionalização e globalização da economia. O modo de produção capitalista tem como princípio primeiro de sustentação a necessidade de permanentes transformações para um mercado cada vez mais competitivo. Assim, há uma maneira específica de compreensão da ampliação do capital estabelecida nas relações com o trabalho, nas quais a ciência e a tecnologia são concebidas como força de produção numa lógica racional que tem como paradigma os princípios da economia privada. (OLIVEIRA, 2004).

Entendemos que no contexto atual, a universidade vem perdendo suas características seculares tornando-se, cada vez mais, instituição administrativa, que atua de acordo com um conjunto de normas, planejamento e êxito. Nesse sentido, Chauí (2001) argumenta que a

universidade, como entidade administrativa, descaracterizada de sua função social e autoavaliativa, torna-se instituição que se pauta nas noções de produtividade, estruturada por estratégias de eficácia organizacional.

A universidade é uma instituição educativa cujo espaço de disputa ideológica e conflito político determinam os agentes, e os conhecimentos produzidos nesse espaço se modificam em capital (DIAS SOBRINHO, 2001). As demandas e exigências de ampliações da produção de conhecimento se dão numa sociedade de consumo em que o conhecimento se tornou mercadoria sujeito às regras paradoxais à sua natureza estimulada pelo próprio *campo* mercadológico.

A educação superior tem sido considerada uma instituição que produz conhecimentos e forma cidadãos para as práticas da vida social e econômica, em benefício da construção de nações livres e desenvolvidas. Em posição distinta, cresce e se fortalece hoje a defesa da educação superior como função da economia e dos interesses individuais e privados. (DIAS SOBRINHO, 2004, p. 704).

Quando a educação passa a ser entendida como serviço e a universidade como prestadora desse serviço é inserido um significado diferenciado à atividade universitária, tais como a “qualidade universitária”, “avaliação universitária” e “flexibilização da universidade” (CHAUÍ, 2001). O que se tem na atual conjuntura do capitalismo neoliberal é uma característica que se tornou recorrente no contexto acadêmico, a partir da imersão na lógica do mercado, fixadas nas noções de competitividade, flexibilidade, eficiência e excelência.

A produtividade acadêmica, como política de Estado e de cultura institucional, tem em sua tradução, na esfera filosófica, o pragmatismo, e na esfera econômica, a mercadorização da ciência e da inovação tecnológica. Nesse sentido, a produtividade acadêmica tem se tornado o polo gerador de uma reforma da instituição universitária que tende a colocá-la a reboque do mercado (SGUISSARDI, SILVA JÚNIOR, 2009).

A expectativa dos governos e sociedade civil é de que a universidade forme profissionais altamente capacitados, aptos a atuarem no mercado de trabalho de maneira competitiva, eficaz e rápida. Os governos e empresários esperam que a universidade devolva à sociedade pessoas preparadas para acompanhar as necessidades e mudanças do mercado de trabalho e a necessidade econômica de maneira eficiente (CABRITO, 2004). Nesse sentido, existe ainda a expectativa de que o sistema educacional, como padrão hegemônico, possa preparar *consumidores-cidadãos* para novos tipos de produtos fomentados pela indústria cultural.

No entanto, o Estado não se compromete efetivamente com a quantidade e qualidade da educação, voltando-se aos interesses econômicos e sociopolíticos dominantes (FRIGOTTO, 2001). No ensino superior, o retorno às suas diligências tem sido a privatização crescente da universidade, de um lado, e a busca de criação de centros de excelência, de outro.

O processo pelo qual passa a universidade, concomitantemente à função da revolução tecnológica em favor de um crescimento do lucro capitalista sobrevém transversalmente em números e fatos decodificados na privatização e massificação do ensino superior de maneira disfarçada e intensificada na busca pelo desenvolvimento do país demarcado numa eloquente expansão dos direitos sociais (PIOZZI, 2004).

Subjugado a estas perspectivas, tem-se a presunção da *educação para o trabalho* atrelado à teoria do capital humano, entendendo que a educação garante o desenvolvimento econômico, social e cultural para um país. A preleção é produzida visando à produtividade demarcada por ajustes políticos e econômicos fundamentados nas diretrizes neoliberais de maneira homogênea, seguindo a racionalidade da ordem social vigente (SILVA JR. e SGUISSARDI, 2001). A concepção do Estado é de que a lógica do mercado é a ferramenta benéfica para atuar como atividade produtiva no desenvolvimento científico da universidade. O desenvolvimento de uma economia fundada no saber desperta a privatização do sistema de ensino superior e, conseqüentemente, reduz a função social da universidade e leva a mercantilização da produção do conhecimento (MANCIBO, 2004). Ressalta-se, ainda, que a sociedade cujo valor central é a mercantilização está vinculada às ideologias do individualismo e da competitividade (DIAS SOBRINHO, 2004).

Para tanto, novas propostas de ensino são exigidas às instituições de ensino superior. Presume-se que a universidade precisa se tornar mais flexível e inovar-se constantemente, adaptando-se às reais necessidades de formação pessoal para todos os setores econômicos. Vale ressaltar que a política pragmática e materialista de adequar a educação superior ao mercado, reduzindo sua função social à automática preparação para o trabalho, baseia-se em aptidões e competências hipoteticamente solicitadas pelo mercado de trabalho que se encontra em permanente transformação (CATANI, DOURADO, OLIVEIRA 2001).

É importante destacar que apesar de seguir a lógica do mercado, a universidade é controlada e avaliada pelo Estado (SGUISSARDI, 2000).

Em face desse quadro e de questões visando mostrar os desafios que se põem tanto para a formação de nível superior ou universitária no Brasil, quanto para o futuro do próprio sistema e da instituição universitária, os olhos dos que se preocupam com esta magna questão voltam-se, em geral, para o Estado e para sua função reguladora

e de controle do sistema de educação superior ou universitário. (SGUISSARDI, 2008, p. 1016).

Diante do exposto considera-se necessário repensar as saídas para a universidade enquanto instituição social e, de modo específico, os dilemas da universidade pública brasileira. As reflexões realizadas neste texto nos permitem inferir sobre a mudança na identidade da universidade, especificamente nas relações que a instituição universitária estabelece com a sociedade e, principalmente, com o Estado. Essas relações atuam diretamente no trabalho do professor, como assinalado por Silva Jr. (2008), Sguissardi (2008), Silva e Silva Jr (2011) entre outros que realizam pesquisas para a ampliação da compreensão sobre tal temática.

Recorremos também a Bourdieu que nos apresenta reflexões relevantes sobre as inter-relações entre o universo simbólico incorporado pelos estudantes universitários e suas condições materiais e sociais de existência. Sob essa ótica, o referido autor considera que as ações dos agentes educativos demandam problematização, no que se refere às inter-relações entre suas construções simbólicas e a conservação de dominação social, fazendo-se necessário analisar suas origens e as classificações sociais. A trajetória escolar é influenciada pelo contexto social no qual o indivíduo está inserido, o que determina o êxito ou o fracasso futuro, além da perspectiva de acesso à universidade.

As condições materiais e sociais de existência na trajetória do indivíduo determinam a acumulação de *capital cultural*. A incorporação do *capital cultural* pelo indivíduo se dá no meio em que vive, nas relações estabelecidas, na *práxis*, isto é, no decorrer da sua trajetória como herança cultural e social (BOURDIEU, 1983a).

No processo de incorporação da herança cultural e social, o conceito de *habitus* é postulado por Bourdieu como referência das predisposições duráveis do modo de agir, pensar, viver e portar-se dos indivíduos. O *habitus* é incorporado nas relações estabelecidas socialmente, caracterizadas nas predileções e nas aptidões dos indivíduos, nas maneiras de se portar e falar, nas pretensões de futuro profissional (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

Ressalta-se que sobreposições do *habitus* podem ocorrer como consequência da inserção do indivíduo no decorrer de sua trajetória em contextos histórico-culturais diferenciados. O *habitus* adquirido pelo indivíduo norteia suas ações determinando as escolhas e atitudes no desenvolvimento da formação pessoal e profissional.

A pressuposta neutralidade outorgada à escola ultrapassa seu valor idealizado e agregado. Assim, a origem social e cultural do indivíduo é o princípio esclarecedor instituído nos espaços sociais das trajetórias escolares, ações, saberes, relações e hierarquias designadas.

Bourdieu considera ainda que a universidade é o principal instrumento de (re) produção das classes médias e superiores. Acrescenta que a preponderância na instituição educativa é exercida por meio de uma violência simbólica, partilhada inconscientemente entre dominador e dominado, determinada pelos esquemas práticos do *habitus* (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

De maneira semelhante ao pensamento apresentado por Bourdieu, também Apple (2006) considera que a educação não é neutra e que pela natureza da instituição escolar na prescrição do currículo, o educador realiza um ato político, conscientemente ou não, visto que não é possível separar sua prática educacional dos princípios políticos e pessoais que o orientam. Nesse sentido, é importante tomar conhecimento das mediações ideológicas e culturais existentes nas condições materiais de uma sociedade classista e na formação educacional de seus indivíduos.

Considerando-se que a investigação proposta sobre a atividade discente tem como foco de análise os impactos que a produtividade acadêmica produz na formação do discente universitário, pressupõe-se que a formação do discente universitário é constituída por elementos que permeiam a práxis universitária numa construção cultural formada pelo currículo.

Em face das considerações apresentadas, no que se refere às funções atribuídas à universidade e à sua relação com a sociedade e seus agentes, considera-se importante a discussão dos impactos do capitalismo flexível na instituição educativa de ensino superior, particularmente a questão de como a produtividade, no contexto universitário, atua sobre o desenvolvimento da formação acadêmica do discente. Nesse sentido, a formação do discente universitário é construída no cotidiano das relações estabelecidas entre aluno e a produtividade e a dimensão mercadológica da atividade científica.

Tais considerações apontam, portanto, para a necessidade de se repensar a discência no contexto das reflexões atuais sobre a universidade e suas funções. Funções essas que não se limitam à dimensão acadêmica e tecnológica, mas também social, cultural e política.

### **Caracterização, socialização e produtividade acadêmica dos estudantes**

O questionário utilizado para a coleta das informações sobre os estudantes foi composto por questões referentes aos *dados pessoais*, tais como nacionalidade, sexo, idade e estado civil; *dados socioeconômicos*, indagando o nível de escolaridade dos pais, a renda familiar e a renda do participante; *trajetória de escolarização*: a escola frequentada nos ensinos fundamental e médio (se particular ou pública), modalidade de ensino médio cursado, se usufruiu de Ações Afirmativas para ingressar ao ensino superior, se integrou algum grupo informal de estudantes na universidade (Bateria, Esportes, Religiosos), ou Diretório Acadêmico (DCE, CA, Atlética), se participou de Iniciação Científica, de Projeto de Extensão e de Eventos Científicos. Perguntou-se, ainda, sobre a *produtividade acadêmica*, se o aluno teve alguma publicação, o tempo médio gasto para a construção de cada trabalho científico, se o participante considera que poderia ter mais publicações, como avalia sua produção acadêmica e, por fim, se participou de estágios curriculares e/ou extracurriculares.

Os resultados obtidos permitiram verificar que o perfil dos estudantes que participaram da pesquisa apresenta a média das idades compreendida em 23,08 anos. Este dado é confirmado pela investigação de Cardoso e Sampaio (1994) na qual, considerando os mesmos períodos letivos da presente investigação, obtiveram a média das idades dos estudantes universitários de 23,6 anos.

Quanto aos dados relativos ao sexo, 57,5% dos estudantes se declaram do sexo feminino e 42,5% do sexo masculino. Os dados são validados pela pesquisa realizada por Guedes (2008) que revela um aumento expressivo de mulheres cursando o ensino superior, superando a presença masculina neste nível de ensino. Ao se considerar os dados divididos por Centro de Ciências percebe-se que a maior presença feminina no ensino superior está localizada no Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), bem como no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) em que também há predominância feminina. Já a área Tecnológica (CCTS) continua predominantemente masculina.

Os dados obtidos nos questionários revelaram ainda que os estudantes, em sua maioria, são solteiros, sendo que um estudante (2,5%) afirmou ser casado e um (2,5%) declarou seu estado civil como *outro*. Em relação à nacionalidade, verificou-se que apenas um estudante se declarou japonês, sendo os demais brasileiros.

Os questionários aplicados nesta investigação indicaram que o perfil dos estudantes da instituição de ensino superior pesquisada é similar ao perfil de estudantes de outras instituições de ensino superior no Brasil, apontando uma caracterização geral dos estudantes

universitários. Especificamente, pode-se inferir que 23,34 anos é a idade média dos estudantes universitários e que o aumento de mulheres universitárias é significativo, ainda que nas áreas consideradas “duras” a presença masculina seja predominante.

A perspectiva do futuro escolar do estudante é construída socialmente submetida às condições materiais e sociais de existência (BOURDIEU; PASSERON, 1975). As predisposições de incorporação do *habitus* têm como referência a herança dos capitais cultural e social. Assim, a escolarização dos pais, como detentores da herança cultural e social transmitida aos filhos (estudantes pesquisados), influencia na aspiração dos níveis de ensino auferidos pelos filhos.

Considerando-se os dados gerais referentes aos 120 estudantes (100%) que responderam ao questionário foi possível constatar, em relação à escolaridade dos pais que: 5,8% dos pais possuem Pós-Graduação, 40,7% possuem Ensino Superior Incompleto/Completo, 24,1% possuem Ensino Médio Incompleto/Completo, 21,6% possuem Ensino Fundamental Incompleto/Completo e 0,83% é Analfabeto. Especificamente, observa-se que só há pais analfabetos no Centro de Educação e Ciências Humanas e essa unidade acadêmica possui o menor número de pais com ensino superior completo.

Em relação à escolaridade das mães, dos 116 estudantes (96,6%) que responderam à questão, constatou-se que 6,8% das mães possuem Pós-Graduação, 43% possuem Ensino Superior Incompleto/Completo, 33,5% possuem Ensino Médio Incompleto/Completo, 15,5% possuem Ensino Fundamental Incompleto/Completo e 0,86% declarou que a mãe é Analfabeta.

Os pais detentores de diplomas universitários, segundo Dubar (2005), têm maiores perspectivas de que os filhos obtenham diplomas de ensino superior, considerando o elevado volume de capital cultural dos pais graduados, investidos nos filhos. Os dados desta pesquisa indicam que 46,5% dos pais e 49,8% das mães dos estudantes investigados são detentores de altos níveis de escolarização (ensino superior e pós-graduação), incidindo, como capital cultural, na perspectiva escolar dos estudantes para o ensino superior.

Questionados sobre a renda familiar, observou-se que no CCBS 2,56% das famílias dos estudantes possuem renda familiar de até dois salários mínimos e que há maior número de famílias (35,89%) do CCBS com renda familiar entre três e cinco salários mínimos. As menores rendas familiares dos estudantes se concentram no grupo de alunos do Centro de Ciências relacionado à área de Humanas, pois 17,9% dos estudantes desta unidade acadêmica

revelaram possuir renda familiar de até dois salários mínimos<sup>3</sup> e 43,5% afirmaram que a renda familiar se concentra entre três e cinco salários mínimos. Já os estudantes do CCTS possuem a maior porcentagem (19,44%) de renda familiar acima de 15 salários mínimos.

Observa-se nos dados gerais obtidos nesta pesquisa que 28,9% dos estudantes investigados possuem rendas familiares mensais acima de 10 salários mínimos e 31,5% dos estudantes possuem rendas familiares mensais entre seis e nove salários mínimos, ao passo que 39,4% dos estudantes possuem rendas familiares mensais de até cinco salários mínimos.

No que se refere à renda própria dos estudantes participantes da pesquisa, os estudantes que declararam, em maior número, não possuírem renda própria estão no Centro de Ciências, relacionado à área Biológica, contando-se 58,97% dos estudantes no universo de 39 participantes (97,5%) nesta Unidade Acadêmica.

Referindo-se aos estudantes que possuem renda própria com vínculo empregatício, destaca-se o Centro de Ciências relacionado à área de Humanas com 20% dos participantes declarados no universo de 40 estudantes (100%) que responderam à questão. Os estudantes de famílias de baixa renda necessitam subsidiar os estudos e, em poucos casos, como constatou Zago (2006), é possível obter ajuda familiar para tal.

Os Centros de Ciências relacionados às áreas Humanas, Exatas e Biológicas se equiparam no que se refere à renda própria sem vínculo empregatício, com pequena vantagem para os estudantes do CCTS (45,0%). Tal renda sem vínculo empregatício corresponde a atividades acadêmicas, tais como as bolsas de iniciação à docência, pesquisa, extensão ou estágios. Assim, o vínculo a esses projetos que disponibilizam bolsas podem ser analisados como constituidores da formação do estudante, como também fonte de auxílio/manutenção de renda.

As famílias cujos estratos sociais são desfavorecidos se esforçam para investirem mais no ensino do que as famílias de estratos sociais elevados, segundo a pesquisa realizada por Cabrito (2004), além de que os custos mensais efetuadas pelos estudantes diminuem se comparado às classes alta e baixa.

Essa análise pode ser elucidada se comparada à renda familiar dos estudantes do Centro de Ciências relacionado à área de Humanas junto ao número de estudantes desta unidade acadêmica que trabalham com vínculo empregatício. Há 61,53% dos estudantes com rendas familiares mensais de até cinco salários mínimos e 20% dos estudantes com vínculo

---

<sup>3</sup> Em 2012, o valor do salário mínimo era R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais).

empregatício. Se compararmos aos estudantes do Centro de Ciências relacionado à área Biológica, 37,5% dos estudantes possuem rendas familiares mensais de até cinco salários mínimos e nenhum estudante possui vínculo empregatício. Referindo-se aos estudantes do Centro de Ciências relacionado à área de Exatas, tem-se que 16,6% estudantes possuem rendas familiares mensais de até cinco salários mínimos e 7,5% estudantes possuem vínculo empregatício.

A pesquisa realizada por Cabrito (2004) também indicou que grande parte dos estudantes universitários de instituições públicas pertence às classes mais favorecidas da sociedade (46,6%). Se somada as rendas dos estudantes apresentadas anteriormente, tem-se que 60,51% dos estudantes investigados possuem rendas familiares acima de seis salários mínimos. Assim, pode-se considerar que os estudantes das classes mais favorecidas economicamente na sociedade estão mais presentes na instituição pesquisada.

Com relação à sua trajetória escolar os estudantes foram questionados sobre o tipo de instituição frequentada, em maior parte, nos ensinos fundamental e médio. Ressalta-se que há uma linearidade nos números obtidos na pesquisa, ou seja, as variações são perceptíveis, mas não destoam entre si. No ensino fundamental, 50% dos estudantes cursaram, em maior parte, o ensino público e os outros 50% o ensino privado. Já no ensino médio, 41,6% frequentaram o ensino público e 58,3% dos participantes frequentaram escolas privadas.

Referindo-se à modalidade de ensino cursada pelos estudantes pesquisados, 94,16% dos estudantes declararam ter frequentado o curso propedêutico, 5% dos estudantes o curso técnico e 0,83 % abstiveram-se em responder à questão.

No que se refere às Ações Afirmativas para o ingresso ao ensino superior, 23,33% dos estudantes usufruíram de algum tipo de Ação Afirmativa, ao passo que 76,66% dos participantes afirmaram não terem usufruído deste benefício. Os dados revelam que o maior número de alunos que se utilizou de Ações Afirmativas se concentra no CECH. Para Moehlecke (2004), os estudantes que utilizam de Ações Afirmativas detém características como persistência e perseverança perante as *profecias que se auto-cumprem* deparadas em suas trajetórias de vida. Essas características, segundo a autora, são fundamentais para os que pretendem concluir o ensino superior, o que se ratifica com a diminuição da taxa de evasão nas instituições de ensino superior pesquisadas pela referida autora. Assim, as Políticas de Ações Afirmativas não são apenas necessárias para suprimir as desigualdades de

oportunidades de acesso, mas também viáveis, já que se alcançam resultados positivos pelas instituições de ensino superior que utilizam programas de ações afirmativas.

Os dados apresentados mostram a maior renda familiar concentrada no grupo de estudantes pertencentes ao Centro de Ciências relacionado à área de Exatas e a amostra que mais usufruiu de Ações Afirmativas no ingresso ao ensino superior e que possui menor renda familiar pertence ao Centro de Ciências, relacionado à área de Humanas.

Os estudantes foram questionados sobre a participação em grupos formais e informais pertencentes à universidade pesquisada, a fim de se conhecer as sobreposições do *habitus* e produção do capital cultural construído na universidade. Os estudantes que afirmaram não terem participado de grupos informais, como os grupos religiosos, esportivos, musicais, entre outros, representam 65,8% dos 120 que responderam à questão.

Questionados também sobre a participação em Diretórios Acadêmicos, tais como o Diretório Central dos Estudantes (DCE), o Centro Acadêmico (CA), entre outros, 87,2% (dos 118 pesquisados) não participaram de Diretórios Acadêmicos.

No espaço institucional de formação, os atores sociais necessitam ser compreendidos como sujeitos sócio-históricos cuja construção e possibilidade de ação são determinadas pelo *habitus* que se constitui a partir de suas condições materiais de existência. Para Nogueira e Nogueira (2006, p. 45) “a produção simbólica de um indivíduo ou grupo está subordinada, ou mesmo determinada pelas suas condições materiais de existência”. O *habitus* adquirido pelo indivíduo interfere diretamente em suas ações no *campo*.

O processo de socialização do estudante no contexto universitário atua de maneira similar às instituições sociais, acontecendo

segundo uma relação dinâmica criada pelo conjunto de seus integrantes, recursos e trajetórias particulares, sobretudo porque a articulação das propostas de socialização de cada uma dessas instituições é atribuição dos sujeitos, variando segundo a origem social [...] segundo as expectativas de reprodução dos grupos, segundo as experiências individuais deles. (SETTON, 2009, p. 306).

Assim, o envolvimento dos alunos nos diversos grupos instituídos na universidade traduz a trajetória do estudante, no que se refere às expectativas trazidas pelo capital cultural construído durante a vida do mesmo. As condições sociais de existência (origem social) produzem as expectativas no estudante. Quando o estudante participa ou não de um determinado grupo há uma trajetória sendo construída e/ou legitimada; “a socialização produz o pertencimento de classe dos indivíduos reproduzindo a classe como grupo que partilha o mesmo *habitus*” (DUBAR, 2005, p. 85).

A socialização na universidade é produzida a partir do que o estudante traz consigo e, ao mesmo tempo, é produtora da formação profissional do mesmo. Os dados desta pesquisa revelam o baixo índice de participação em grupos universitários caracterizados como formais e informais. De certa maneira, os estudantes estão abdicando as relações que poderiam ser estabelecidas nesses grupos, tais como as relações de amizade, militância, afeto, desenvolvimento de competências, entre outras. Este fato sinaliza uma possível ampliação do individualismo que está fundamentado na competição no campo universitário numa disputa de posição que este agente ocupa nas hierarquias instituídas.

Nas posições assumidas pelos sujeitos nos espaços sociais, o conceito de *campo* traz a compreensão de *certos espaços* de disposições sociais, nos quais determinado tipo de bem é produzido, consumido e classificado. Esse conceito representa, ainda, o espaço social de dominação e de conflitos, tendo cada um sua autonomia e sendo detentor de suas próprias regras de organização e hierarquia social. Sendo assim, a fim de que um *campo* tenha êxito, faz-se necessário a existência de elementos de disputa e pessoas aptas na disputa do jogo, detentoras de *habitus* que reconheçam e considerem as regras inerentes ao jogo, os objetos de disputas etc. (BOURDIEU, 1983b).

Em relação à participação dos estudantes pesquisados em Iniciações Científicas e Projetos de Extensão tem-se, particularmente, que os pesquisados no Curso de Filosofia (CECH) declararam não terem participado de Iniciação Científica e de Projeto de Extensão. E apenas 30% dos estudantes investigados desse curso afirmaram ter participado de Evento Científico.

Os estudantes do Centro de Ciências relacionado à área de Exatas, dentre os 119 estudantes pesquisados (99,16%), foram os que mais participaram de Iniciações Científicas (77,5%).

Segundo o Relatório Anual de Atividades da instituição pesquisada, 781 alunos estiveram envolvidos com Iniciação Científica (IC) em 2009, o que representa 10,09% do universo de estudantes matriculados naquele ano. Ressalta-se que a amostra de participantes envolve todos os alunos da instituição, desde os ingressantes aos que estavam se formando. Na presente pesquisa, 57,9% dos alunos se envolveram com a Iniciação Científica, entretanto nossa amostra inclui apenas estudantes matriculados nos dois últimos anos letivos, o que aumenta a possibilidade do aluno já ter realizado IC, se comparado ao aluno iniciante.

Em relação à participação em Projetos de Extensão, o mesmo Relatório de Atividades da instituição de ensino superior pesquisada, referente ao ano de 2009, afirmou que 785 estudantes participaram desta atividade, o que corresponde a 10,1% dos estudantes matriculados. Em nossa pesquisa, os dados indicam que 32,4% dos estudantes investigados participaram de Projetos de Extensão, no universo de 114 (95%) que responderam à questão.

Com relação à participação dos estudantes em Eventos Científicos, verifica-se que a maior participação é de estudantes do CCBS (82,5%), índice maior que a média geral da Instituição (62,5%). A média de participação em Eventos Científicos dos estudantes pesquisados é de 3,40. A menor média de participação em Eventos Científicos é do Curso de Filosofia, com 0,70. Ao passo que a maior média de participação em eventos é do Curso de Medicina, discriminada a 10,22. Dessa maneira há a necessidade de medir a dispersão dos dados em torno de sua média. Para tanto, o desvio padrão<sup>4</sup> do índice de participação em eventos científicos demonstra que há maior variabilidade dos valores no curso de Medicina ( $\pm 6,06$ ) e a menor variabilidade nas participações em Eventos Científicos foi discriminado no Curso Engenharia Química ( $\pm 0,99$ ), seguido do Curso de Filosofia ( $\pm 1,15$ ).

Os estudantes foram também interpelados sobre a realização de estágios curriculares e extracurriculares, sendo que 57,2% dos participantes não realizaram estágios curriculares e 72,8% não fizeram estágio extracurricular. Os estágios, sejam eles curriculares ou extracurriculares, permitem que o aluno desenvolva competências gerais fundamentais para a atuação nas diferentes circunstâncias da atividade profissional, o que torna a prática do estágio de suma importância para a formação do estudante (BENITO *et al.*, 2012).

Constata-se que o CECH apresenta a maior participação de estudantes em estágios curriculares (51,35%) e o CCBS a maior participação em estágios extracurriculares (42,10%).

Portanto, observa-se nos dados apresentados que a maior renda familiar se concentra no grupo de estudantes pertencentes ao Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia e a amostra que mais usufruiu de Ações Afirmativas no ingresso ao ensino superior e que possui menor renda familiar pertence ao Centro de Educação e Ciências Humanas.

O nível de escolaridade dos pais atua como predisposições de incorporação do *habitus* nas perspectivas do futuro escolar. Os pais dos estudantes investigados são detentores de altos

---

<sup>4</sup> O Desvio Padrão demonstra a variação do conjunto de dados em relação à média, evidenciando a maior ou a menor variabilidade dos resultados obtidos. Assim, quanto maior for a dispersão, menor será a concentração e vice-versa (PEREIRA, 2004).

níveis de escolarização (ensino superior e pós-graduação), o que influencia na escolha dos estudantes em cursar o ensino superior.

Dentre as atividades desenvolvidas pelos estudantes observa-se maior ênfase atribuída às atividades de pesquisa científica, além de se constatar que os estudantes, em sua maioria, não participaram de grupos formais e informais da universidade.

A produtividade acadêmica dos estudantes universitários investigados foi também interpelada. Especificamente, os alunos foram questionados sobre a publicação de trabalhos científicos e a quantidade de trabalhos que foram publicados, aproximadamente. Dos estudantes pesquisados, 72,5% não possuem trabalhos científicos publicados.

Os dados indicam que a maior parte dos estudantes não teve trabalho científico publicado. No entanto, existe um significativo índice de trabalhos publicados no Centro de Educação e Ciências Humanas (32,5%) e no Centro de Ciências Tecnológicas e para a Sustentabilidade (32,5%). A média de Publicação de Trabalhos Científicos dos estudantes universitários das três unidades acadêmicas pesquisadas é de 0,88 e a variabilidade das Publicações de Trabalhos Científicos é de  $\pm 1,14$ .

Quando os alunos foram questionados se poderiam ter tido mais publicações, 61,44% dos estudantes no universo de 83 participantes que responderam a essa questão (69,1%) afirmaram que poderiam, sim, ter mais publicações. Os motivos pelos quais os alunos afirmaram que poderiam ter publicado mais perpassaram as questões de falta de tempo, falta de estrutura oferecida pela instituição de ensino, falta de interesse do aluno, dificuldade de escrever trabalhos científicos, dificuldade de realizar a pesquisa na área pretendida, mau planejamento, por fim, referiram-se aos dados que ainda serão publicados, uma vez que pesquisas se iniciaram recentemente. Ademais ressaltaram a importância dessa atividade para a formação acadêmica. De maneira diversa às demais respostas, alguns alunos indicaram satisfação com relação a sua situação acadêmica e a não exigência de publicações de trabalhos científicos nas grades curriculares dos cursos de graduação.

Os participantes da pesquisa avaliaram suas produções acadêmicas em *positiva*, *negativa* ou *em parte*. Dos 101 (84,1%) estudantes que responderam a essa questão, 57,4% dos estudantes consideraram suas produções acadêmicas positivas, 10,8% avaliaram de maneira negativa e 31,6% estudantes avaliaram como em parte. Questionados sobre o motivo das avaliações *negativas* e *em parte* realizadas, os estudantes disseram que poderiam ter se dedicado mais, que falta incentivo da universidade, falta de aplicação da pesquisa, falta de

oportunidade e interesse, falta de opção no curso de graduação, estuda “somente para tirar média nas provas”, má vontade de alguns professores, falta de planejamento das atividades. Já para as avaliações consideradas positivas, os estudantes afirmaram que esta se deu porque se dedicaram de maneira suficiente à universidade, pelo grande aprendizado que obtiveram, pelo auxílio dos bons professores e tutores que tiveram, pela realização no curso e na área de pesquisa, pela formatura no tempo previsto, pelo bom desempenho acadêmico, pela abertura de oportunidades no exterior e, por fim, pela relevância acadêmica e social proporcionada pela pesquisa.

O levantamento bibliográfico sobre a atividade de Iniciação Científica (IC) no Brasil realizado por Massi e Queiroz (2010) aponta a IC como atividade de formação do universitário, evidenciando que o aluno que faz a IC tem melhor aproveitamento no curso de graduação e é mais valorizado. Em outras palavras, caracterizando algumas particularidades do desenvolvimento da produção acadêmica do aluno, autenticando as avaliações positivas dos alunos questionados neste trabalho, encontra-se a socialização profissional, a nova visão da ciência, desenvolvimento pessoal e melhor desempenho na graduação.

A sociabilidade tem como seu princípio gerador a *atividade*, pois enxerga nela o próprio processo de produção do homem, como um interminável processo de mudança do ambiente natural e humano e a contínua criação de interposições postas no processo de atividade (FREDERICO, 2009). Entendemos, portanto, a *atividade* discente como “trabalho, o meio pelo qual, se realiza a autoprodução do homem no interior da alienação” (FREDERICO, 2009, p.172). Apropriamo-nos do conceito de *alienação* (MARX, 1989) como a inobservância ao resultado das ações no processo de atividade discente, relacionando-se ao produto desse processo com estranhamento. Assim, entendemos que a *alienação* não se manifesta somente no resultado, mas também no interior do processo de produção da atividade do estudante universitário.

Os dados obtidos pelos questionários nos permite inferir que a atividade discente compreende a frequência às aulas e cumprimento de suas demandas, a participação em eventos científicos, inserção nos programas de iniciação científica e projetos de extensão, envolvimento nos grupos formais e informais da universidade, realização de estágios curriculares e extracurriculares.

Nesse enredo, é possível identificar quais as atividades de maior predominância no decurso discente: 62,5% dos estudantes participaram de eventos científicos, 57,9% dos

estudantes participaram de programas de Iniciação Científica, 42,8% fizeram estágios curriculares, 34,1% participaram de grupos informais (maior parte em grupos esportivos), 32,4% dos estudantes se envolveram em Projetos de Extensão, 27,8% fizeram estágios extracurriculares e 12,7% participaram de diretórios acadêmicos.

É claro o maior índice de participação dos estudantes em eventos científicos e em programas de iniciação científica, o que corrobora a concepção de que a universidade tem valorizado a pesquisa em detrimento das outras atividades acadêmicas. A intensificação da atividade de pesquisa na instituição universitária se fundamenta na lógica do setor privado operando como instrumento benfeitor na ação produtiva numa concepção de que esse setor é mais eficiente do que o Estado.

Assim, conforme já assinalado por Catani, Dourado e Oliveira (2001) o crescimento científico da universidade admitida numa política pragmática e materialista adequa a educação superior ao mercado. As regras e as normas desse mercado são impostas sobre a educação com critérios e resoluções que seguem a ordem de eficiência, rentabilidade, produtividade e competitividade, seguindo a racionalidade funcionalista da política neoliberal. A educação é compreendida como um generoso campo de lucros e rendas. Nesse sentido, o Estado reduz os investimentos e os gastos e fortalece seu poder fiscalizador, responsabilizando a universidade pela eficiência e rentabilidade, além de gerar a competitividade (DIAS SOBRINHO, 2001, p.160).

O interesse da universidade se volta, portanto, para a elevação da produtividade. Essa ideologia realiza transformações no ensino, no que se refere ao currículo, às atividades didático-pedagógicas, à profissionalização e submete a pesquisa ao preceito do utilitarismo emergente demandado, sobretudo, pela empresa. A autonomia da universidade é colocada em segundo plano. Isto porque o Estado se alocou absorvendo tecnologias e inovações tecnológicas das próprias universidades públicas com inferência financeira através de recursos oriundos do fundo público estatal, mediante aos programas de incentivo à pesquisa e desenvolvimento que beneficia as empresas de capital nacional e internacional (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009).

O compromisso da universidade se concentra na relação de indissociabilidade no fazer institucional do ensino, da pesquisa e da extensão, compondo os três pilares que a identificam como fonte geradora de desenvolvimento. Assim, as relações de dominação política e

econômica, estabelecidas e legitimadas na sociedade, refletem, no plano ideológico, as interações de mecanismos da superestrutura da universidade.

O Estado considera fundamental garantir que o ensino superior ministrado seja eficiente para a ótica neoliberal. Para tanto, asseguram que as universidades obtenham a excelência na formação profissional, atendendo à expectativa dos governos e sociedade civil de que a universidade forme profissionais altamente capacitados e aptos a atuarem no mercado de trabalho de maneira competitiva, eficaz e rápida. Os governos e empresários esperam que a universidade devolva à sociedade pessoas preparadas para acompanhar as necessidades e mudança do mercado de trabalho e a necessidade da economia de maneira eficiente (CABRITO, 2004).

Concomitantemente, a formação do estudante universitário é construída nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Se há maior ênfase em um dos pilares, o tripé se sustenta de maneira desigual, causando um impacto diferenciado na formação do estudante. Assim, tendo maior sustentação nas atividades de pesquisa científica, a formação do estudante se constituirá na carreira de pesquisador, exonerando a universidade de seu compromisso social.

A participação dos estudantes nas atividades relacionadas à pesquisa científica pode, ainda, ser analisada, bem como considerou Silva Jr. (2008), como *co-produtores* das inovações científicas produzidas na universidade. Os alunos geram inovações tecnológicas e, inseridos na universidade enquanto receptores, tornam-se – contraditoriamente – altamente lucrativos para o mercado por gerar inovações técnico-científicas a baixo custo. Em outras palavras, o aluno se torna mão de obra qualificada e barata para a produção científica.

### **Considerações Finais**

Em síntese, podemos afirmar que o presente estudo revela importantes discussões sobre a problemática institucional abarcada pela universidade.

O estudante exerce diversas atividades, construindo ao longo do percurso da graduação sua formação acadêmica e, conseqüentemente, sua carreira profissional. O compromisso social da universidade se caracteriza pela formação de profissionais aptos a desenvolverem (variadas) atividades profissionais qualificadas. A formação integral do estudante deve ser construída socialmente no contexto universitário e resulta da interação estudante-universidade, compreendida nos diversos espaços oportunizados pela instituição educativa de ensino superior.

A socialização dos estudantes universitários se dá na incorporação duradoura do *habitus* como uma *impregnação* de maneiras subjetivas procedentes dos grupos de pertença. A essência do grupo a que pertence o estudante pode ser manifestada de maneira distinta e adaptada às situações inesperadas (DUBAR, 2005).

Constatamos que a formação social, cultural e política do estudante universitário estão deficitárias, considerando a baixa inserção nos grupos formais e informais, além do pequeno índice de realização de estágios curriculares e extracurriculares. A ênfase atribuída às atividades de pesquisa científica compõe a formação do estudante à carreira de pesquisador, destituindo a universidade de seu compromisso social de formar integralmente no ensino, na pesquisa e na extensão. A mão de obra do estudante universitário é qualificada e de baixo custo para as empresas de capital nacional e internacional, podendo-se afirmar que a formação acadêmica do estudante, produzida na universidade, visa proporcionar condições técnicas relacionadas com a estrutura econômica da sociedade capitalista neoliberal.

## Referências

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Tradução Vinicius Figueira. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BENITO, G. A. V. et al. Desenvolvimento de competências gerais durante o estágio supervisionado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 65, p. 172-178, 2012.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

BOURDIEU, P. O Campo Científico. In ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983b. p. 122-155.

CABRITO, B. G. O financiamento do ensino superior em Portugal: entre o Estado e o mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 977-996, out. 2004.

CARDOSO, R. C. L; SAMPAIO, H. Estudantes universitários e o trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 26, p. 30-50, 1994.

CATANI, A. M.; DOURADO, L. F. e OLIVEIRA, J. F. de. Natureza jurídica, organização acadêmica e gestão universitária. In: SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. (Orgs). **Educação Superior: análises e perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 69-80.

CHAUI, M. de S. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, out. 2004.

DIAS SOBRINHO, J. Concepções de universidade e de avaliação institucional. In: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. RJ: Vozes/Rio Grande do Sul: Cipedes, 2001. p. 149-170.

DUBAR, C. A socialização como incorporação dos habitus. In: DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 77-95.

FREDERICO, C. **O jovem Marx: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico social e capitalista**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GUEDES, M. de C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2013.

MANCEBO, D. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n. 88, p. 845-866, out. 2004.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

MASSI, L.; QUEIROZ, S. L. Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n.139, p. 173-197, abril de 2010.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 757-776, out., 2004.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n.78, p. 15-36, abr. 2002.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

PEREIRA, Paulo Henrique. **Noções de estatística: com exercícios para administração e ciências humanas (dirigidos a pedagogia e turismo)**. Campinas: Papyrus, 2004.

PIMENTA, S. G; ANASTASIOU. L. G. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2005.

PIOZZI, P. Da necessidade à liberdade: uma nota sobre as propostas de Diderot e Condorcet para o ensino superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 655-676, out. 2004.

SETTON, M. da G. J. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n. 41, p. 296-394, ago.2009.

SGUISSARDI, V. O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas? **Avaliação** (Campinas), v.05, n.02, p.07-24, Junho, 2000.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, dezembro. 2008.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. **Trabalho intensificado nas federais: Pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, E. P. e SILVA JUNIOR, J. R. Da avaliação heterônoma da pós-graduação à desumanização das relações de trabalho na instituição universitária pública. In: ROTHEN, J. C.; BARREYRO, G. B. (Orgs.). **Avaliação da educação: diferentes abordagens críticas**. São Paulo: Xamã, 2011. p. 55-73.

SILVA JUNIOR, J. R. Instituição escolar e trabalho docente. In: RODRIGUES, M. V.; ALMEIDA, M. de L. P. [et al.]. **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Liber Livro Editora, UCDB, 2008. p. 151-189.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p 226-237, ago. 2006.